



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

JENILTON SANTOS CUNHA

TAMIRES ALVES DA COSTA

**TURISMO, SUSTENTABILIDADE E PAISAGEM TURÍSTICA NA APA
MORRO DO URUBU**

Aracaju/SE

2019

JENILTON SANTOS CUNHA

TAMIRES ALVES DA COSTA

TURISMO, SUSTENTABILIDADE E PAISAGEM TURÍSTICA NA APA MORRO
DO URUBU

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado
como pré-requisito para obtenção do Grau de
Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira

Aracaju/SE

2019

Introdução

O desenvolvimento da atividade turística em ambientes como os espaços naturais está promovendo processos de transformação e valorização de diferentes paisagens. Esses ambientes cada dia atraem mais fluxos de visitantes em busca de vivências e experiências diferentes do cotidiano. São pessoas que estão a procura de lazer, de um melhor contato com a natureza, e ainda, em busca de experiências que proporcionem a sensação de bem estar e tranquilidade. Por outro lado, essas mesmas pessoas se configuram como verdadeiros potenciais de impactação dos ambientes naturais, sejam por conta da pouca sensibilidade ambiental, ou por não se sentirem parte da natureza, ou ainda, por fragilidades nas ações de planejamento e gestão da atividade.

Neste contexto, o turismo sustentável se caracteriza por não causar prejuízo ao meio ambiente e ao mesmo tempo atender as necessidades dos visitantes, das presentes e das futuras gerações. Para isso, devem ser implantadas infraestruturas com capacidade de minimizarem os impactos ambientais gerados pela atividade e pelos turistas. Portanto, a sustentabilidade se torna essencial para o desenvolvimento do turismo em ambientes protegidos. Assim preservar o ambiente e a cultura é de fundamental importância para garantia de sobrevivência de todos, incluindo a atividade turística.

Uma opção para a realização da prática do turismo em Unidades de Conservação (UC) é o Ecoturismo. Rodrigues (1999) acredita que o ecoturismo é um meio de desencorajar atividades mais predatórias, em favor de um turismo mais leve e seletivo, com ênfase na natureza mais preservada e/ou pouco alterada. É visto ainda como uma atividade que pode ser usada para financiar além da conservação ambiental, o desenvolvimento socioeconômico de áreas mais deprimidas, beneficiando as comunidades locais.

Diante desta perspectiva, a Área de Proteção Ambiental (APA) Morro do Urubu localizada na zona norte da cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, enquadra-se como uma área com potencial para desenvolvimento e prática de algumas atividades vinculadas ao turismo ecológico. Essa APA apresenta resquícios do bioma da Mata Atlântica e está exposta a algumas problemáticas como, por exemplo, a visitação desordenada, a qual pode gerar alguns impactos ambientais no local, como o descarte de lixo em local impróprio.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar o contexto das atividades de visitação e dos diferentes usos da APA Morro do Urubu. Para tanto, pretendeu ainda: i) caracterizar os aspectos gerais da APA, ii) identificar o perfil do visitante da APA e iii) analisar aspectos da gestão da APA.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado a metodologia qualitativa. No que se refere ao instrumento de pesquisa foi utilizado o indutivo, pois partiu de um fato particular com base no estudo da APA Morro do Urubu com o intuito de identificar e analisar os elementos do turismo. O método indutivo é aquele pelo qual, através de observações particulares, chega-se à afirmação de um princípio geral. Baseia-se no princípio de que: se, em dadas condições, um determinado fenômeno, sempre que pesquisado, se repetiu, em futuras verificações o mesmo ocorrerá. É uma forma de raciocínio que, partindo de casos particulares suficientemente documentados e enumerados, se obtém uma conclusão ou lei universal. (RODRIGUES, 2011)

No que se refere a abordagem, foi utilizada a pesquisa qualitativa que tem enfoque no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. Com este tipo de pesquisa, os entrevistados estão mais livres para apontar os seus pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo. (RODRIGUES, 2011)

Em relação os objetivos, foi utilizada a pesquisa descritiva que é realizada para descrever fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Procurou-se observar, registrar, analisar e interpretar os fenômenos utilizando-se de técnicas padronizadas de coleta de dados como o questionário e a observação sistemática. (RODRIGUES, 2011)

A pesquisa foi desenvolvida com base em alguns procedimentos, como: i) pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente de material disponibilizado na Internet; ii) Aplicação de questionário que é um instrumento de coleta de dados, elaborado pelo pesquisador e aplicado a uma clientela pesquisada. Através dele se faz a coleta das unidades estatísticas; iii) Realização de entrevistas que é uma técnica em que o pesquisador obtém os dados diretamente de certas pessoas, dados que não podem encontrar em registros e fontes documentárias. A entrevista é uma conversa orientada

entre o pesquisador e o informante atendendo a um objetivo pré-determinado. (RODRIGUES, 2011)

Sendo assim, a partir de agora será apresentada a fundamentação teórica que versará sobre os temas de turismo, sustentabilidade e paisagem turística na APA Morro do Urubu. Seguido pela temática turismo e sua importância na sociedade atual, trazendo também a paisagem como elemento importante dentro do turismo. A discussão passa ainda pelo conceito de sustentabilidade e suas dimensões. Abordando também a definição de unidade de conservação conforme a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN). Em seguida são apresentados os resultados e as discussões. E por fim, as considerações finais que terão embasamento na pesquisa bibliográfica, na análise do questionário aplicado na APA ao visitante, análise através da observação do local e também entrevista com o atual gestor da APA.

1.Fundamentação teórica

1.1.Turismo e Paisagem

O Turismo é uma atividade que vem sendo reconhecido pelo seu potencial de promover transformações de lugares, comunidades e destinos. Além disso, as discussões teóricas a respeito dos seus elementos e fundamentos têm ganhado destaque nos diferentes ramos do conhecimento. Por outro lado, ele pode promover o convívio entre indivíduos de culturas e modos de vida diferentes.

Por ser um tema relativamente novo como atividade socioeconômica, o turismo em geral possui um caráter multidisciplinar, o que traz consigo uma diversidade conceitual, permitindo diferentes abordagens enquanto atividade econômica e fenômeno social. Para Goeldner, Ritchie e McIntosh...

Quando pensamos em turismo, o que nos vem à mente, em primeiro lugar, são pessoas que se deslocam para passear, ver amigos ou parentes, tirar férias e divertir-se. Elas podem usar seu tempo de lazer praticando esportes, tomando banho de sol, conversando, cantando, caminhando, passeando, lendo ou simplesmente aproveitando o ambiente. (GOELDNER, RITCHIE e MCINTOSH, 2002, p. 23)

De acordo com a Organização Mundial de Turismo - OMT (2001, p. 38)

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

Esta definição é a mais utilizada atualmente pelos estudiosos do assunto, dada necessidade de uma conceituação padrão que viabilize os estudos e discussões do tema. São consideradas, portanto, as atividades desenvolvidas pelo indivíduo estando este em localidade distinta de sua moradia e entorno, além de especificar que o turismo ocorra ainda dentro de um período determinado com finalidade de lazer, negócios ou outras.

Pinto (2008) destaca que o turismo tornou-se um fenômeno bastante importante para o desenvolvimento econômico de uma localidade ou região. Sua natureza heterogênea caracteriza-se por englobar diversos setores da economia e por também ser considerado como uma prática social e cultural, capaz de proporcionar experiências e interações sociais entre os agentes, agregada à sua abrangência e seus diferentes modos de serem planejados e desenvolvidos.

Para Bolson (2004, p. 3)

A paisagem não passou a existir após o nascimento do homem, ela já estava lá. Mas só quando o homem presta atenção na paisagem é que surge o seu conceito. A paisagem é o que se vê. O real, o vivido, o sentido diferentemente para cada ser humano. Estes elaboram seleções pessoais, julgamentos de valor de acordo com a análise individual da percepção. Essa análise sofre influências sociais, culturais, ambientais, emocionais conforme o tipo de uso da paisagem para cada pessoa.

Para Yazigi (1999, p. 45) “A paisagem é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos e tem importante papel no direcionamento turístico”. O autor diz ainda que não se trata de dizer que ela seja a única forma de atração, mas que pesa muito no contexto de outros fatores. No turismo, a partir de uma análise da paisagem, os indivíduos, acabam transmitindo seus valores para aquilo que observa com início do uso do ambiente frequentado.

Bolson (2004) afirma que para uma análise científica da paisagem deve se observar os elementos visuais como forma, textura, cor, linha, escala, espaço e diversidade. Além disso compreender e conhecer seus aspectos físicos como a terra, água, vegetação, estruturas e elementos artificiais (são estruturas espaciais criadas por diferentes tipos de solo, ou construções diversas de caráter pontual, linear ou superficial).

Para esse autor a paisagem é um elemento essencial para atividade turística, ela é imprescindível no âmbito da atividade turística.

Ainda de acordo com Bolson (2004), a paisagem é um dos fatores decisórios para a escolha de uma viagem a um determinado destino. Atualmente é de fácil percepção o aumento da busca por lugares que ofereçam às pessoas sensações de bem-estar. O desejo de experimentar novas emoções leva milhares de turistas a movimentarem e desenvolverem o turismo e que hoje é considerado uma das maiores atividades econômicas do mundo.

Oliveira, Anjos e Leite (2008), discutem sobre a condição paisagística inserida na atividade turística.

Sabe-se que o turismo em ambientes urbanos é de destacada relevância na mobilidade turística mundial, representando quase a totalidade dos espaços preferidos para a visitação. A este fato, assinala-se que a sociedade contemporânea e predominantemente urbana, logo seu horizonte é a cidade e o turismo uma atividade que se organiza a partir da cidade seja como polo emissor ou receptor. Portanto, a atratividade das paisagens dos polos receptores é uma variável considerável na análise do potencial turístico das cidades. (OLIVEIRA, DOS ANJOS e LEITE, 2008. p. 163)

Esses mesmos autores concebem a paisagem como importante elemento, pois:

É a representação da condição humana e da mudança de tempo no espaço, nela ficam registrados os processos da natureza e ações humanas, cujo ambiente vai se alterando na medida em que esses processos e ações deixam suas marcas. (OLIVEIRA, DOS ANJOS e LEITE, 2008, p. 162).

Bolson (2004) afirma ainda que atualmente é possível observar a crescente procura por lugares que ofereçam às pessoas sensações de bem-estar físico e espiritual. A curiosidade e a vontade de vivenciar novas emoções leva turistas a movimentarem essa atividade que hoje é considerada uma das maiores do mundo. Ao ver uma imagem de uma paisagem o turista já se predispõe a imaginar como será suas férias, final de semana, feriado antes mesmo de viajar.

1.2. As dimensões da sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade surgiu na Comissão Brundtland no ano de 1987. A partir daí, houve uma evolução na forma como se encara a relação entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente.

Acerca do tema sustentabilidade Fernandes (2011, p. 155) afirma que:

O conceito de sustentabilidade delinea-se com base na especificação das diversas funções ecológicas envolvidas no processo, em particular a capacidade do meio ambiente de suprir o funcionamento dos sistemas produtivos com recursos naturais e, no sentido inverso, sua aptidão para absorver os resíduos correspondentes. Dessa forma, o objetivo central da pesquisa seria estabelecer em que medida as restrições ambientais podem ou não representar limites mais ou menos drásticos para o crescimento econômico no longo prazo.

A preocupação ambiental começou a se intensificar depois da revolução industrial, no qual se obteve a um grande avanço científico e tecnológico. Sendo assim, tais avanços trouxeram benefícios e também problemáticas. A população aumentava de forma considerável e rápida, o que gerava a necessidade de produção e consumo maior. Ou seja, com o passar do tempo a exploração dos recursos naturais pelo homem, foram se intensificando o que naturalmente levaria a escassez de recursos, devido ao uso acelerado e descontrolado. (POTT e ESTRELA, 2017)

A partir da década de 1960 as discussões sobre as questões ambientais tiveram início. Porém, foi a partir da década seguinte que se intensificaram as discussões acerca do tema ambiental.

A emergência do movimento ambientalista no final da década de 1960 e o choque do petróleo nos anos 1970 trouxeram para a ordem do dia os temas da depleção dos recursos naturais de uso comum, das opções alternativas de geração de energia e da pobreza em escala global. Esse cenário impulsionou a crítica aos modelos de desenvolvimento econômico até então vigentes, apontando para uma incompatibilidade congênita entre os processos convencionais de crescimento econômico e a garantia de sobrevivência da espécie humana no longo prazo. (FERNANDEZ, 2011, p.110).

É a partir da década de 70 que o conceito de Ecodesenvolvimento surge com a proposta de um novo estilo de desenvolvimento e se tornaria uma alternativa a discussão que giraria em torno da

[...] proposta de um novo estilo de desenvolvimento – o Ecodesenvolvimento – representava uma espécie de “terceira via”, colocando-se como uma alternativa à bipolarização que o debate então assumira: por um lado, a proposta do “crescimento zero” e, por outro, as reivindicações desenvolvimentistas dos países do terceiro mundo: seu “direito ao crescimento” (FERNANDEZ, 2011, p. 110).

Com o decorrer dos debates que se pôde chegar ao conceito de desenvolvimento sustentável. Que surgiu com a elaboração do Relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, de 1987. No entanto, há um grande número de conceituações no que tange o desenvolvimento sustentável, contudo, para este trabalho, vamos considerar o conceito exposto no Relatório de Brundtland (1987) que diz que “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. (PIRES, 2002, p. 73)

A sustentabilidade não é estática, mas dinâmica, visto que leva em conta as necessidades humanas. A partir disto, o conceito de sustentabilidade é apresentado a partir de cinco perspectivas, cinco dimensões primordiais, sendo elas: sustentabilidade social; sustentabilidade econômica; sustentabilidade ecológica; sustentabilidade espacial (ou geográfica); sustentabilidade cultural. (PIRES, 2002).

Seguem, portanto, as dimensões da sustentabilidade na visão de Pires (2002):

* Sustentabilidade social - relaciona-se com a criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada e melhor condição de vida e a melhor qualificação profissional; produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais.

Essa dimensão tem como objetivo a redução das desigualdades sociais.

Em relação ao turismo essa dimensão prevê: Desenvolvimento moderado do turismo, envolvendo operações de pequena escala circunscritas à esfera local e organizadas com a participação da comunidade residente; poucos efeitos sociais e culturais negativos e maior receptividade pelas populações residentes.

O uso do espaço por comerciantes informais, são compostos por ambulantes em sua grande maioria e que contribuem para a geração de renda local, já que estes pequenos

comércios são compostos por moradores locais, ou vizinhos da APA Morro do Urubu. Um ponto positivo já que assim, parte da comunidade enxerga a APA com a sua devida importância não só ambiental. Mas, também como fonte de renda, já que o espaço estando em boas condições de uso. Estará apto para atrair mais visitantes ao local.

* Sustentabilidade econômica - refere-se a fluxo permanente de investimentos públicos e privados; manejo eficiente dos recursos; absorção pela empresa dos custos ambientais, e ainda, a endogeneização: contar com suas próprias forças. Tem como objetivo principal o aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa.

Em relação ao turismo essa dimensão prevê: Motivação dos turistas para uma experiência social, conhecendo distintas realidades socioeconômicas por meio de contatos culturais organizados; Geração de benefícios locais e aumento de oportunidades de renda para as comunidades.

* Sustentabilidade ecológica - diz respeito a produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas; prudência no uso de recursos não renováveis; prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis; redução da intensidade energética e conservação de energia; tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos, e ainda, cuidados ambientais. Tem como objetivo a qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as presentes e futuras gerações.

Em relação ao turismo essa dimensão prevê pequena alteração da paisagem natural e cultural dos destinos; preservação e proteção dos recursos turísticos e incremento de sua qualidade.

A preservação da Mata Atlântica na APA Morro do Urubu, está diretamente ligada a criação do Plano de manejo. Tendo em vista, que a área já possui algumas construções clandestinas dentro do que já seria área de proteção ambiental. Sendo, assim com um Plano de manejo finalizado, será possível fazer uma nova delimitação e criando um novo marco zero, para saber exatamente onde a APA tem início e onde termina. A partir disso, planejar ações pontuais para recuperar áreas em degradação e promover ações junto com a comunidade e visitantes que visem a melhoria do espaço e que contribuam com a sustentabilidade da APA.

* Sustentabilidade espacial ou geográfica - tem como princípios a descentralização espacial (de atividade, de população); a desconcentração, ou seja, a democratização local e regional do poder; a relação cidade-campa equilibrada (benefícios centrípetos). Seu principal objetivo é evitar excesso de aglomerações.

Os conflitos de invasão e expansão imobiliária por parte de alguns moradores da região e de localidades próximas da APA, já tem criado alguns transtornos e malefícios para a APA Morro do Urubu. Um exemplo disso se dá por conta da expansão imobiliária na localidade e que nesse caso gera um outro problema. Tendo em vista, a valorização da área ao redor da APA, a região acaba atraindo alguns comércios, como restaurantes que no entorno são bem comuns, sendo que estes comércios em sua grande maioria não aproveitam a mão de obra local e possuem preços não muito atrativos para moradores da região. Sendo, assim fica fácil perceber que o bairro tem se tornado cada vez mais comercial.

* Sustentabilidade cultural - propõe soluções adaptadas a cada ecossistema e respeito à formação cultural comunitária. Seu principal objetivo é evitar os conflitos culturais com potencial regressivo.

Em relação ao turismo essa dimensão prevê a valorização dos costumes e estilos de vida locais. Ênfase para a utilização dos recursos da própria localidade ou região receptora, tais como culinária, acomodações, transportes; Motivação dos turistas para uma experiência social, conhecendo distintas realidades socioeconômicas por meio de contatos culturais organizados; poucos efeitos sociais e culturais negativos e maior receptividade pelas populações residentes.

O evento cultural que ocorria todo final de ano, especificamente no mês de dezembro no Parque José Rollemberg Leite era a encenação da peça de teatro da “Paixão de Cristo”. Porém, há alguns anos a peça não está sendo mais realizada. Contudo, o Parque apresenta um potencial no sentido de oferecer atratividades direcionadas não somente a prática de esportes ou contemplação da natureza. O espaço comporta muito bem, pequenos shows e apresentações artísticas.

Segue abaixo, texto adaptado do quadro “Marcos históricos da Questão Ambiental” dos autores Zozzoli (2008); Oliveira Filho (2004); Paula (2008) e Kato

(2008), que apresenta um breve histórico com marcos científicos que deram a sua contribuição para a conceituação e consolidação da sustentabilidade. Seguem, portanto, os marcos históricos com suas respectivas perspectivas:

* 1972 - Publicação do Relatório do Clube de Roma (The Limits to Growth) sobre riscos globais dos efeitos da poluição e do esgotamento das fontes de recursos naturais. Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, com a participação de 113 países. O conceito de Ecodesenvolvimento foi apresentado por Ignacy Sachs, considerado precursor do Desenvolvimento Sustentável.

* 1975 - Elaboração do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND1975/79) que definiu prioridades para o controle da poluição industrial.

* 1980 - Em 1980 surge a noção de Ecologia profunda, que coloca o homem como o componente de sistema ambiental complexo, holístico e unificado.

* 1983 - A ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que desenvolveu o paradigma de desenvolvimento sustentável, cujo relatório (Our Common Future) propunha limitação do crescimento populacional, garantia de alimentação, preservação da biodiversidade e ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias de fontes energéticas renováveis, aumento da produção industrial a base de tecnologias adaptadas ecologicamente, controle da urbanização e integração campo e cidades menores e a satisfação das necessidades básicas.

* 1991 - A Câmara de Comércio Internacional (CCI) aprovou "Diretrizes Ambientais para a Indústria Mundial", definindo 16 compromissos de gestão ambiental a serem assumidos pelas empresas, conferindo à indústria responsabilidades econômicas e sociais nas ações que interferem com o meio ambiente. Essas diretrizes foram acatadas no Brasil, pelo Comitê Nacional da Câmara de Comércio Internacional, tendo-se criado a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

* 1992 - Realizou-se no Rio de Janeiro a ECO-92 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento na qual foram elaboradas a Carta da

Terra (Declaração do Rio) e a Agenda 21, que reflete o consenso global e compromisso político objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental.

* 1997 - Discutido e negociado em Quioto no Japão, o Protocolo propõe um calendário pelo qual os países membros teriam obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Em novembro de 2009, 187 países haviam aderido ao Protocolo.

* 1999 - John Elkington concebeu o Triple Bottom Line (TBL) para ajudar empresas a entrelaçarem os componentes do desenvolvimento sustentável: prosperidade econômica, justiça social e proteção ao meio ambiente em suas operações

* 2002 - Aconteceu, em Johannesburgo, a conferência mundial denominada Rio + dez, onde se instituiu a iniciativa “Business Action For Sustainable Development”.

* 2006 - O documentário “Uma verdade inconveniente” de Davis Guggenheim (sobre a militância política de Al Gore a quem rendeu o Nobel da Paz em 2007 e dois Oscar) cuja mensagem principal (“become carbon neutral”) se coloca como um novo paradigma planetário.

* 2009 - Realiza-se em Copenhagen a 15ª Conferência do Clima (COP 15) das Nações Unidas, evento que reuniu 25 Chefes de Estado. (ZOZZOLI, 2008; OLIVEIRA FILHO, 2004, PAULA, 2008; KATO, 2008).

Ainda acerca das dimensões da sustentabilidade, existem autores que afirmam que a sustentabilidade (política, cultural e econômica), podem ser incluídas na sustentabilidade social. Partindo deste conceito, Foladori (2002, p.104) diz que:

[..] O desenvolvimento sustentável incorpora à conservação da natureza externa (sustentabilidade ecológica) a sustentabilidade social e também uma sustentabilidade econômica. Porém, alguns autores, instituições e práticas de política ambiental continuam privilegiando ou considerando exclusivamente a sustentabilidade ambiental. Apesar de existirem dezenas ou talvez centenas de definições de desenvolvimento sustentável, quando essas definições são analisadas e explicadas, na maioria dos casos, os aspectos sociais e econômicos da sustentabilidade sempre complementam os da sustentabilidade ecológica.

Comungado com o pensamento de Foladori, percebemos que a sustentabilidade social insiste em seu contexto os demais elementos apontados nas demais definições. Sendo assim a criação das unidades de conservação surgem para atender um clamor

ecológico voltado para a preservação ambiental. O que será desenvolvido no próximo tópico.

1.3. Áreas Protegidas e Impactos Ambientais

De acordo com a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), Unidade de Conservação (UC) é uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada por meio dos meios jurídicos e outros eficazes. Seu objetivo maior é o de proteger (conservar ou preservar) ecossistemas e/ou espécies, e também recuperar sistemas ecológicos e populações de espécies ameaçadas de extinção (BRASIL, 2000).

Seguindo a evolução de conceito de UCs e considerando uma ideia ainda maior, em 18 de julho do ano 2000 foi criada a Lei nº 9.985, e institui-se então, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), sendo este, o principal mecanismo de proteção ambiental, no qual se estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs.

O SNUC divide as UCs em dois grupos : 1º) unidade de proteção integral e 2º) unidade de uso sustentável, sendo que a APA Morro do Urubu se enquadra como uma unidade de uso sustentável. Ainda, conforme a lei, as unidades de uso sustentável são unidades que tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

De acordo com o Relatório de Bruntland de 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável é entendido como “processo de mudança em que o uso de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais concretizam o potencial de atendimento das necessidades humanas do presente e do futuro” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 19).

Partindo deste conceito, é possível evidenciar a relevância da interação entre meio ambiente, atividade econômica e sociedade, como estratégia para o desenvolvimento sustentável do turismo. Nas palavras de Rocktaeschel (2006, p.23),

Assim é que, em sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento evidencia a necessidade das inter-relações e da interdependência dos diversos elementos na manutenção e preservação da vida, devendo portanto promover: a harmonia entre a natureza e os seres humanos, assegurando a efetiva participação dos cidadãos em todo processo de planejamento e decisão; a geração de tecnologias em bases confiáveis e pouco impactantes; e a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios de equidade, da solidariedade e da dignidade do ser humano.

Conforme Costa (2002, p. 65),

O uso turístico dos recursos naturais dentro dos princípios expostos, deve enfatizar sob um prisma diferenciado o ser humano, separando em lados diversos a população e o turista. Essa ótica se faz necessária para que os diferentes aspectos, tanto de planejamento como de gestão – no caso das Unidades de Conservação – atendam adequadamente à proposta de desenvolvimento sustentável, em que todos saem lucrando: ambiente natural, população local e turista.

O desenvolvimento de uma atividade turística em área natural protegida segundo os princípios de sustentabilidade está condicionado ao volume que a UC pode suportar.

Para que o turismo desenvolvido na natureza possa ser chamado de ecoturismo, é necessário ainda considerar três fatores principais: a conservação do ambiente visitado, seja ele natural ou cultural; a conscientização ambiental, tanto do turista como da comunidade receptora; e o desenvolvimento local e regional integrado l. Cumprindo essas três premissas, o ecoturismo garante a sustentabilidade da atividade. (KINKER, SÔNIA. 2002. p.18-19)

Conforme Rocktaeschel (2006, p.51), a evolução do conceito de unidade de conservação mantém relação com outros fatores.

A evolução do conceito de unidade de conservação (UC) relaciona-se com o desenvolvimento da ciência, a destruição da natureza e a busca cada vez maior do resgate do contato com a natureza, e a visita a essas áreas protegidas têm desempenhado papel importante na definição de novas UCs e suas modalidades.

Diante dos conceitos teóricos apresentados, é notório perceber que a desenvolvimento de atividades voltadas ao Ecoturismo é totalmente possível e aplicável na APA Morro do Urubu. Porém, o fato da APA Morro do Urubu, ainda não possuir um Plano de manejo, impossibilita apontar atividades do ecoturismo que poderiam contribuir para o desenvolvimento sustentável da área. Já que, possíveis atividades que poderiam ser desenvolvidas na APA, devem estar de acordo com legislação, que nesse caso trata-se do Plano de manejo da APA que ainda está sendo elaborado. Só depois do Plano de

manejo terminado, será possível projetar quais ações poderão ser executadas na área de modo a garantir a sustentabilidade.

2. Resultados e discussão

Esta parte do trabalho, é fruto da aplicação da metodologia composta dentre outras coisas, de entrevista ao gestor da unidade e aplicação de questionários aos visitantes, além de observação sistemática. Este tópico é composto pelos seguintes elementos: aspectos gerais, perfil do visitante, aspectos sobre a gestão da APA, possibilidades e paisagens do turismo na e estratégias para a prática do turismo sustentável.

2.1 Localização da APA Morro do Urubu

A Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu é um fragmento de mata atlântica dentro do Município de Aracaju, a qual se configura como área da Prefeitura Municipal de Aracaju que foi cedida para o Estado administrar. Está localizada na zona norte da cidade de Aracaju e enquadra-se na categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável estabelecido pelo Decreto nº13.713, de 14 de junho de 1993 (Figura 1).

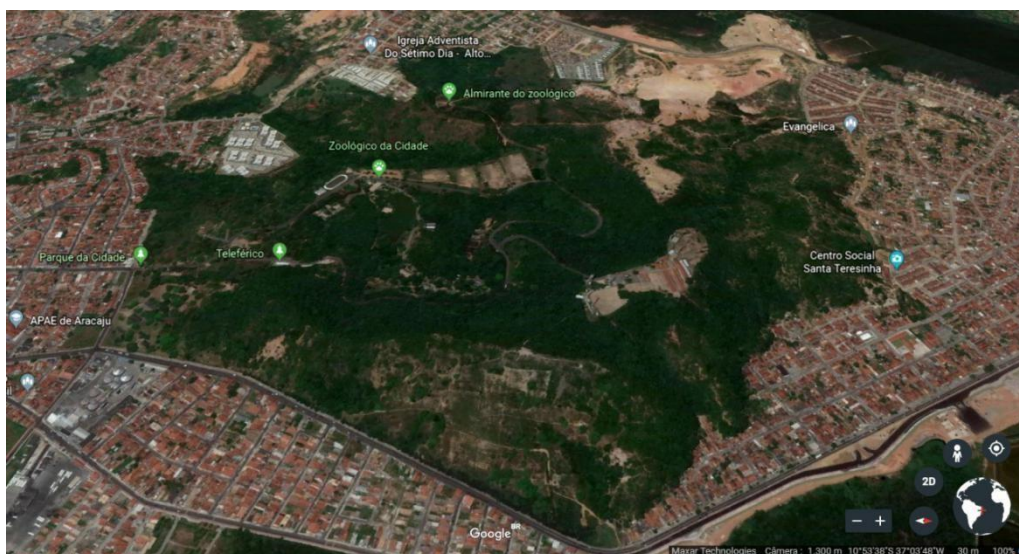


Figura 1: Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu. Fonte: Google Earth. 2019.

2.2. Perfil do Visitante: a festa dos números

Esta parte do trabalho foi fruto da aplicação de questionários a 36 (trinta e seis) pessoas que visitavam a APA Morro do Urubu, no dia do trabalho de campo.

No que se refere a idade 65% dos frequentadores entrevistados têm entre 21 a 40 anos. 17% possuem menos de 20 anos, 14% estão no intervalo de 41 a 60 anos e somente 3% possuem mais de 60 anos. Destes entrevistados, 62% são do gênero feminino e somente 38% são do gênero masculino. Sendo, assim é possível afirmar que a grande maioria dos visitantes do Parque são jovens, que se sentem atraídos geralmente pelo espaço que o parque proporciona para diversas atividades.

Por sua vez 41,38% dos frequentadores entrevistados moram próximo ao Morro do Urubu, nos bairros Industrial, Porto Dantas, 18 do forte, Santo Antônio e Marcos Freire. Já os outros 58,62% moram outras localidades distantes da Unidade de Conservação. Ou seja, o Parque recebe um número maior de visitantes que vem de localidades mais distantes e que é um indicador positivo e promissor.

Quanto a periodicidade 31% dos frequentadores entrevistados visitam o parque anualmente, 14% vão mensalmente, 3% comparecem semanalmente, para atividades de lazer, passeio e atividades físicas. 38% aparecem raramente e 14% nunca vão pela falta de segurança. As pessoas frequentam pouco o parque pela real falta de segurança na área e sendo assim, faz-se necessário ações mais pontuais não só dentro da APA, mas também no seu entorno, para inibir a ação de marginais no local.

Ao ser perguntado aos entrevistados se sabem o que é uma APA 90% afirmaram que sabiam, já os outros 10% disseram que não sabiam. Neste contexto 69% dos frequentadores entrevistados sabem que o Morro do Urubu é uma área de proteção ambiental, enquanto que 31% não sabiam. A maioria dos entrevistados mostrou estar bem informado em relação a APA.

Dentro desta ótica 96% dos frequentadores entrevistados não tiveram dificuldades para acessar o parque, por sua vez 4% disseram que tiveram dificuldades por tal motivo, não soube onde se encontrava o parque. 38% dos frequentadores entrevistados chegaram ao parque em carro particular. 27% utilizaram transporte público, 17% foram a pé, 14% usaram táxi/uber e somente 3% foram de motocicleta. Este dado nos traz a

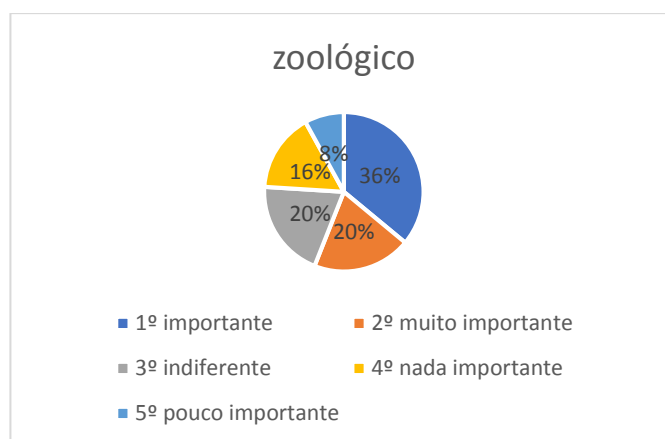
informação que aproximadamente 40% por cento dos visitantes optam em ir com o seu carro particular. Logo, em seguida 27% preferem fazer o percurso de ônibus.

Os dados demonstram que 58% dos frequentadores entrevistados vão ao parque com os familiares, 22% frequentam com amigos e familiares e os outros 14% disseram ir com amigos. No que se refere às questões de sinalização, 62% dos frequentadores entrevistados consideraram a sinalização regular, 20% acharam que está boa, 10% veem como ruim e somente 8% constataram como ótima. Este dado nos traz como informação que aproximadamente 60% dos frequentadores fazem a visita ao Parque acompanhados de seus familiares. E que a grande maioria dos visitantes acham que a sinalização do Parque está regular. O que não quer dizer que a sinalização não possa ser melhorada. Pelo contrário, ela pode e deve ser melhorada para que o visitante tenha cada vez mais facilidade em se localizar.

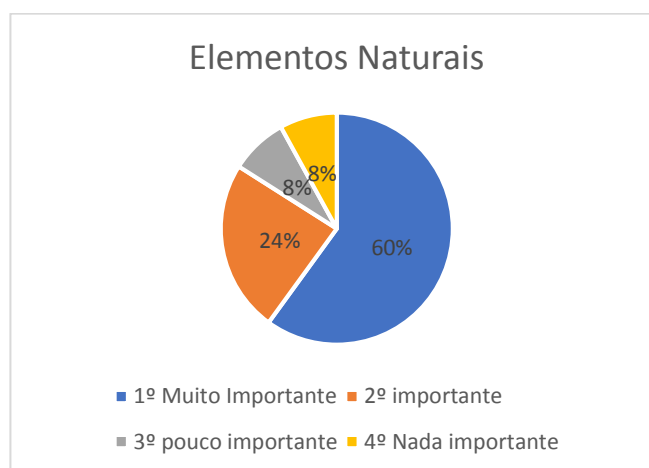
Ao se perguntar se a APA tem possibilidade de atrair turistas e demais visitantes, 72% dos frequentadores entrevistados acharam que o parque tem possibilidade de atrair, pois representa uma opção de lazer, pelo espaço, pela natureza e pelos animais. Já os outros 28% disseram que não tem possibilidades devido à falta de segurança, maus tratos dos animais e a falta de manutenção no parque. Este dado mostra que a grande maioria dos entrevistados acreditam na possibilidade de atração que a APA possui, porém é preciso dar uma atenção maior a questão da segurança no local.

Quanto a existência de outros elementos dentro da APA, foram realizadas perguntas sobre o Zoológico, elementos naturais, teleférico, espaços para esportes, comércio local, segurança e estrutura física.

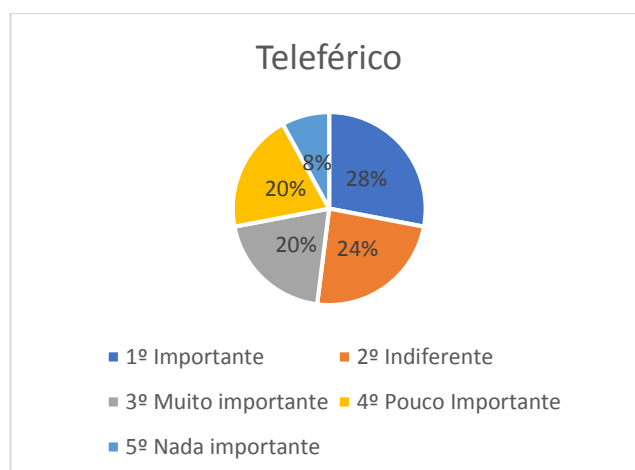
* Zoológico - 36% dos frequentadores entrevistados acharam o zoológico importante, 20% disseram muito importante, 20% falaram indiferente, 16% avaliaram como nada importante e apenas 8% disseram pouco importante.



* Elementos naturais 60% dos frequentadores entrevistados falaram muito importante, 24% acharam importante, 8% disseram pouco importante e somente 8% falaram nada importante.



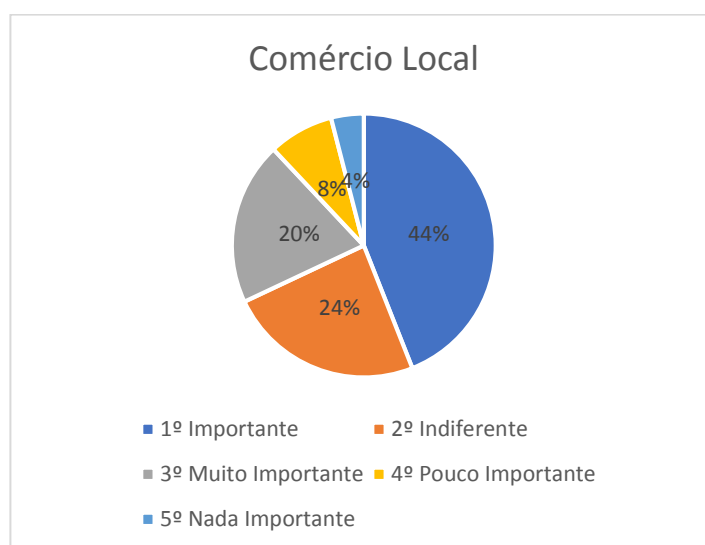
* Teleférico 28% dos frequentadores entrevistados declararam importante, 24% disseram indiferente, 20% consideraram muito importante, 20% acharam pouco importante e 8% nada importante.



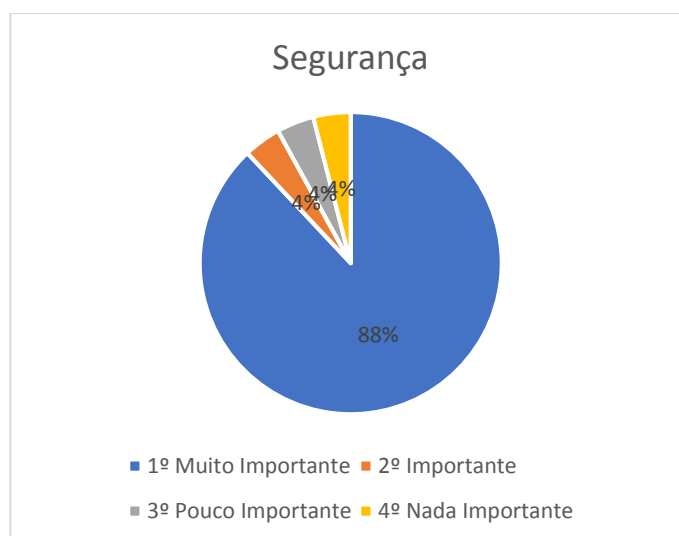
* Espaços de esportes 56% disseram muito importante, 28% acharam importante e apenas 16% pouco importante.



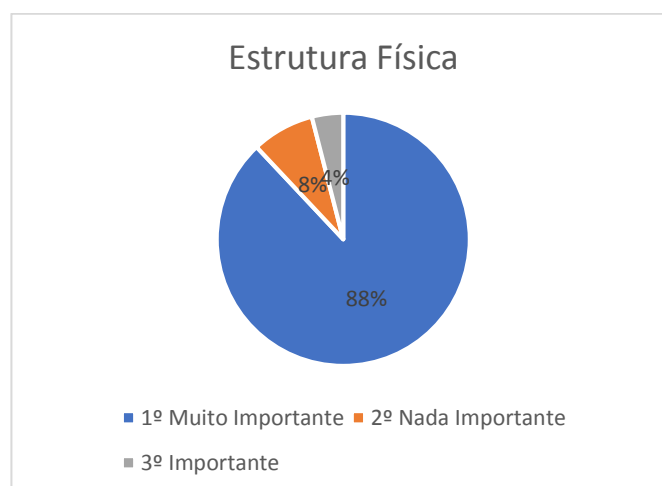
* Comércio local 44% dos frequentadores entrevistados falaram importante, 24% acharam indiferente, 20% muito importante, 8% declararam pouco importante e 4% nada importante.



* Segurança 88% dos frequentadores entrevistados disseram muito importante, 4% acharam importante, 4% avaliaram como pouco importante e os outros 4% como nada importante.



* Estrutura física 88% avaliaram como muito importante, 8% como nada importante e apenas 4% como importante.



No fim do questionário foi solicitado aos entrevistados uma palavra que representasse a APA Morro do Urubu. Nesse contexto, 86% dos frequentadores entrevistados atribuíram palavras como liberdade, saúde, lazer, natureza, tranquilidade, paz e família.

Com base nas respostas obtidas do questionário aplicado na APA, percebe-se que a maioria dos visitantes definem o ambiente como local satisfatório para aproveitar o dia com a família e amigos. Inclusive, sugerindo algumas atividades que poderiam ser oferecidas na APA. Como por exemplo de atividades mais sugeridas está a criação de trilhas autoguiadas para agregar um valor ainda maior e aumentar a atratividade turística do local.

2.3.Aspectos da Gestão da APA

Nesta parte do trabalho serão apresentadas considerações fruto da entrevista realizada com o atual Gestor responsável pela administração da APA Morro do Urubu, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade - SEDURBS.

A APA Morro do Urubu é um fragmento de Mata Atlântica dentro do Município de Aracaju que é Território da Prefeitura Municipal de Aracaju que foi cedida para o Estado administrar. A intenção de ceder para o Estado teve como objetivo a criação de um jardim zoológico no município. Então na época foi feito um acordo entre a Prefeitura e o Estado por via da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO. Criou-se então, o Parque Governador Rollemberg Leite, também conhecido como Parque da cidade. Posteriormente, foi criada a Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu, através do Decreto de criação da APA. A finalidade da APA é a proteção da vegetação de Mata Atlântica que lá existe. Então, criou-se uma APA com o complexo do parque da cidade dentro.

A gestão da APA é de responsabilidade da SEDURBS com apoio da EMDAGRO – que é a responsável pela gestão do Parque da cidade.

A UC possui Conselho Gestor da APA composto por diversas instituições como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Universidades, Casa Civil, Empresa Sergipana de Turismo - Emsetur, Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe - SEMAR, Empresa Municipal de Obras e Urbanização - Emurb, Lideranças comunitárias, Setor Industrial e Polícia Militar. É um conselho consultivo composto por diversos entes, diretamente ligados a unidade. E ele é formado por 21 membros titulares e 21 suplentes, totalizando 42. As reuniões durante um período eram realizadas 4 vezes no ano, passando para 3 reuniões anuais. Sendo que, o estatuto estabelece que se tenha 4 reuniões anuais fora as extraordinárias. Atualmente, ocorrem um número maior de reuniões no ano devido aos anseios da comunidade.

A APA Morro do Urubu é uma unidade de uso sustentável e atualmente ainda não possui um plano de manejo. Que de acordo com o Snuc é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação,

se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Sendo assim, o plano de manejo é de extrema importância para um melhor planejamento e gestão de Unidades de Conservação.

O Estado tem gestão de 5 unidades: APA Morro do Urubu; APA Litoral Sul; Mata do Cipó – que fica em Siriri, criada em 2016, além de duas outras unidades que possuem plano de manejo; Refúgio Vida Silvestre Mata do Junco em Capela e o Monumento Natural Grota do Angico. Toda APA tem um prazo de 5 anos para se criar um plano de manejo, após decreto de criação conforme o SNUC. O gestor atual ressalta ainda, que o Parque da Cidade a partir de 2020, passará por uma readequação. Ainda não se sabe se o Zoológico continuará existindo da forma que é hoje. Destaca que existem duas possibilidades. Uma delas é uma proposta de criação de um santuário. E a outra é uma orientação técnica da SEDURBS que propõe a criação de um Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS.

Segundo o entrevistado o Estado de Sergipe ainda não possui um CETAS e é obrigação do Estado ter um. Por exemplo, você encontra um animal na sua casa como uma cobra, aciona o pelotão ambiental ou ADEMA que irão recolher o animal e levá-lo para o CETAS ao invés de levá-lo diretamente para a mata. Porque é preciso identificar o motivo daquele animal estar ali. Se foi por causa de perda de habitat, fome, doença. Então, o animal quando encaminhado ao CETAS passa por uma triagem, onde fica por 40 dias em observação por equipe composta por biólogos e veterinários que ficam responsáveis por implementar uma alimentação adequada ao animal e só depois o animal é reinserido na mata.

Caso a escolha do Governador seja pela implementação do CETAS – a visitação será restrita a pesquisa. Um espaço ou outro será aberto ao público geral. Bem mais distante, sem contato próximo aos animais. Já se a escolha for para a criação de um santuário a visitação é aberta ao público geral. E ainda existe a possibilidade de se manter o Zoológico. No qual se fará uma reestruturação e readequação dos espaços destinados aos animais.

Segundo o entrevistado os principais problemas enfrentados pela APA referem-se a invasões dos moradores, Insegurança, desmatamento, especulação imobiliária, falta do plano de manejo – que é o principal, falta de educação da comunidade do entorno com relação a descarte de resíduos sólidos, dentre outros.

Quando perguntado sobre as medidas implementadas para enfrentar os problemas, o gestor respondeu que:

“Hoje na APA morro do Urubu por parte da APA é a tentativa de readequação do espaço com relação a segurança e proteção é o que a gente tem feito. Está sendo realizado o mapeamento através do monitoramento de imagens. Remapeamento dos pontos de conflito para poder fazer a retirada do novo marco zero. E, trabalho com a comunidade ainda de forma recíproca na questão da retomada das visitas da própria comunidade ao espaço e o que fazemos de básico que é recebermos a visita das escolas. Que estamos fazendo de forma periódica e mais constante”.

No que se refere às atividades de ecoturismo ou turismo podem ser implantadas na APA, o gestor respondeu que existe uma tentativa de implantar algumas atividades por parte da Universidade Federal de Sergipe que elaborou um estudo para possível implantação de um programa chamado de “Um dia no Parque”. Por outro lado, não existem ações de divulgação da APA, mas pretende-se elaborar um plano de visibilidade da mesma.

Considerações finais

Diante das informações obtidas durante a realização desta pesquisa, notou-se que a APA Morro do Urubu e o parque Governador José Rolemberg Leite possuem grande valor para o morador local e para os visitantes. Possui também grande potencial para atrair um novo perfil de visitante que não seja apenas mais um contemplador da natureza. Mas, que contribua de forma positiva, interagindo de forma consciente, sensível e respeitosa com o meio ao qual também faz parte. Tomando como base as respostas obtidas do questionário, a entrevista com o gestor da APA, e ainda, a observação sistemática realizada no local, além dos registros fotográficos, pode-se afirmar que a APA Morro do Urubu tem um potencial enorme para atrair um número maior de visitantes e consolidar-se como um atrativo turístico do Estado de Sergipe.

A APA possui um ambiente repleto de paisagens verdes e naturais, com locais de pontos de observação no qual é possível contemplar a beleza do parque e da APA. Mas, para isso é necessário que o parque passe por uma readequação dos espaços e que se faça uma nova delimitação da área de preservação, para assim estabelecer onde e quando termina a APA. Com isso, será possível cercar toda a área e controlar o acesso, já

que hoje existem várias entradas irregulares que dão acesso a APA e que contribuem para a falta de segurança e descarte de lixo em local impróprio.

O desenvolvimento desta pesquisa contribuiu para o surgimento de uma outra concepção de uso da APA. Neste contexto, foi sugerido que a partir de uma nova delimitação é possível trabalhar dentro da APA com a possibilidade de classificação dos espaços com o nome de “unidades de paisagens turísticas” ou de forma abreviada “UPT”. Esta estratégia representa uma divisão dos espaços de acordo com as possibilidades para o seu melhor uso. Como por exemplo é possível observar nas figuras 2, 3 e 4. A UPT 1 representa uma melhor utilização deste espaço consiste na prática de esportes. A UPT 2 tem como melhor utilização deste espaço consiste na prática de esportes e UPT 3 A melhor utilização deste espaço consiste na contemplação da natureza.



Figura 2 - UPT 1. Foto: Jenilton cunha



Figura 3 - UPT 2. Foto: Jenilton cunha



Figura 4 - UPT 3. Foto: Jenilton cunha

Durante a realização deste trabalho foi possível aplicar grande parte da teoria que foi nos foi passado em sala de aula, na prática. Disciplinas como: Educação Ambiental, Ecoturismo e Turismo de base comunitária, Legislação Ambiental e Turística, Planejamento e Gestão do Turismo, serviram como base para que tivéssemos um entendimento melhor de como se dá o processo de criação de uma unidade de conservação, a importância do plano de manejo de uma UC, isso falando apenas da parte mais burocrática. Quando adentramos na parte que relativamente é mais simples, como por exemplo o uso do espaço, nos deparamos com uma situação que no mínimo causa preocupação e requer atenção por parte de todos. Falo da questão do descarte de lixo em locais impróprios por parte não somente dos visitantes. Mas, principalmente por moradores da região. Não bastasse isso, alguns moradores vizinhos a APA, fizeram de forma irregular construções de casas, já em área pertencente a APA Morro do Urubu. Este trabalho contribuiu para enriquecimento acadêmico, mas também pessoal. Tendo em vista, que analisamos a APA por meio de observação, fotos, entrevistas e aplicação de questionários.

Sendo assim, obtivemos respostas das mais variadas e também respostas técnicas e diretas, já que tivemos a oportunidade de entrevistar o atual Gestor da APA. Percebemos a partir das suas respostas, por sinal foram bem sinceras, a dificuldade que a gestão da APA tem em monitorar e fiscalizar toda a área, seja por falta de recursos ou por falta de efetivo. Quero dizer que quando julgamos ou fazemos uma determinada crítica a gestão da APA, podemos estar sendo injustos. É preciso que toda a comunidade procure estar mais envolvida com o conselho gestor da APA para que em conjunto, chegue-se a um

melhor entendimento de ações que podem ser feitas dentro da APA, como a comunidade pode contribuir de forma positiva para a melhoria da qualidade dos espaços.

Referências

BOLSON, Jaisa H. Gontijo. **A Importância da Paisagem na Atividade Turística**. Disponível em: <<https://www.revistaturismo.com.br/artigos/paisagem.html>>. Acesso em 31 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei Nº9.985 de 18 de julho de 2000. Estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, MMA, 2000.

FERNANDEZ, B. P. M. **Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 23, p. 109-120, jan./jun. 2011. Editora UFPR.

FOLADORI, G. **Avanços e limites da sustentabilidade social**. Curitiba, n.102, p.103-113, jan/jun.2002

Goeldner, Charles R.; Ritchie, J.R.Brent.; McIntosh, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

KATO, C. A. **Arquitetura e sustentabilidade: projetar com ciência da energia**. Dissertação de mestrado. Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em <<http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2014/10/SNUC-LEI-N-9-985-DE-18-DE-JULHO-DE-2000-livro.pdf>>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

OLIVEIRA, Josildete P.; dos Anjos, Antonio.Francisco; Fabiana. Leite,de Lamare C.,O potencial da paisagem urbana como atratividade turística: um estudo sobre a paisagem de Brasília-DF. **Interações**, Campo Grande, v. 9, n. 2 p. 159-169, jul./dez. 2008.

OLIVEIRA FILHO, J. E.. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas, DOMUS ON LINE: Ver. Teor. Pol., soc., Cidade. Salvador, v. 1, n. 1, p. 92-113. jan./jun., 2004. Disponível em: . Acessado em 16 de setembro de 2019.

OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

Pinto, J.B.; Andrade, J.R.L.; Silva, C.E., Possibilidades de desenvolvimento do Ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Moro do Urubu, Aracaju, SE. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.1, n.1, 2008, pp.42-61.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. **Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento**. Estud. av., São Paulo, v. 31, n. p.

271-283, abr. 2017 . Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142017000100271&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 nov. 2019.

ROCKTAESCHEL, Benedita M. M. M. **Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

RODRIGUES, ADYR A B. **Turismo e Ambiente: Reflexões e propostas**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, Auro de J.; GONÇALVES, H. de Abreu. **Metodologia Científica**. 4.ed.rev.ampl. Aracaju: Unit, 2011.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo – Espaço, paisagem e cultura**. 2.ed.São Paulo : Hucitec, 1999

ZOZZOLI , J. C. J.. **Marca e comunicação ambiental**. In: Anais XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom: Natal/RN, 2008.